

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Curso de Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas


CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO



CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

EVOLUÇÃO HISTÓRICA ATÉ A LEI Nº 12.846/2013

- Foreign Corrupt Practice Act (FCPA).
 - ⇒ Estados Unidos da América (1977).
 - ⇒ Prática de suborno no exterior.
 - ⇒ FCPA em Crise.
- OCDE (final dos anos 90).
 - ⇒ Itália (2001), Coréia do Sul (2001), África do Sul (2004), Chile (2009), Reino Unido (2010).
- Projeto de Lei nº 6.826/2010 (CGU – AGU – MJ).
- Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Sistema Normativo Internacional de Combate à Corrupção

Principais Convenções Internacionais de Combate à Corrupção

Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais	Convenção Interamericana Contra a Corrupção	Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção
--	---	--





CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Âmbitos de Responsabilização por Atos de Corrupção no Brasil

Esfera Penal	Esfera Cível	Esfera Administrativa
<ul style="list-style-type: none"> • Código Penal (art. 312 a 337-D) • Lei nº 8.666/93 (arts. 89 a 99) • Lei nº 9.613/98 (lavagem de \$) • Lei nº 12.850/2013 (crime organizado) 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 4.717/65 (ação popular) • Lei nº 8.429/92 (improbidade adm.) • Lei nº 12.527/2011 (LAI) • Lei nº 12.813/2013 (Conflito de interesses) • Lei nº 12.846/2013 (objeto do curso) 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 8.112/90 (servidores federais) • Lei nº 8.666/93 (licitações) • Lei nº 10.520/2002 (Lei do pregão) • Lei nº 12.462/2011 (Lei do RDC) • Lei nº 12.846/2013 (objeto do curso)

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

EIXO NORMATIVO DA LEI Nº 12.846/2013

- **PRIORIDADE NA RESPONSABILIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.**

- **FOCO NO VIÉS ECONÔMICO E FINANCEIRO DA CORRUPÇÃO.**

- **ESTADO E SETOR PRIVADO JUNTOS CONTRA A CORRUPÇÃO.**


CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

LEI Nº 12.846/2013

ANTES

- Lacuna legislativa quanto a pessoas jurídicas.
- Foco na responsabilização de pessoas físicas.
- Responsabilidade subjetiva.
- Territorialidade.

DEPOIS

- Integração do sistema de responsabilização.
- Foco na responsabilização de pessoas jurídicas.
- Responsabilidade objetiva.
- Extraterritorialidade.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

- ELEMENTOS PRINCIPAIS:
 - PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR
 - ILÍCITO
 - SANÇÃO ADMINISTRATIVA

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

- PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR:
 - DEVIDO PROCESSO LEGAL
 - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA
 - FORMALISMO MODERADO
 - MOTIVAÇÃO
 - DEVER DE APURAR

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

• **DEVIDO PROCESSO LEGAL:**

Impõe o cumprimento dos ritos legalmente previstos para aplicação da penalidade. Trata-se de supra princípio norteador de todos os demais princípios do processo.

✓ **Aspecto Formal:** obediência ao rito processual previsto em lei.

✓ **Aspecto Material:** impõe que as decisões tomadas no curso do processo sejam razoáveis e proporcionais (proporcionalidade).

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

• **CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA:**

▪ **CONTRADITÓRIO:**

✓ Deve ser facultado ao acusado, durante todo o processo, a efetiva participação na produção das provas.

✓ Dialética Processual: Informação + Possibilidade de Reação + Poder de Influência.

▪ **AMPLA DEFESA:**

✓ Garantia de que o acusado poderá lançar mão de todos os instrumentos que o ordenamento jurídico lhe permitir para se defender.

✓ "Paridade de Armas": plena igualdade de condições instrutórias na construção e desenvolvimento do processo.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

• **FORMALISMO MODERADO:**

▪ O processo administrativo sancionador dispensa formas rígidas e sacramentais, bastando adotar formas simples, estritamente necessárias para assegurar a certeza jurídica e a segurança procedimental do ato praticado, salvo expressa determinação legal em contrário ou se o ato atingir direito de defesa do acusado.

✓ Forma Essencial X Forma Não Essencial.

✓ Princípio do Prejuízo.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

• **MOTIVAÇÃO:**

- Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos, quando imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções. (art. 50, inc. II, da Lei nº 9.784/99).

✓ Requisitos: Explícita, Clara e Congruente.

✓ Motivação Direta.

✓ Motivação Indireta (art. 50, §1º, da Lei nº 9.784/99).

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

• **DEVER DE APURAR:**

- Supremacia do Interesse Público e princípio da legalidade.
- Art. 27 da Lei nº 12.846/13. "A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável."
- Art. 143 da Lei nº 8.112/90. "A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa."

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

• **DEVER DE APURAR:**

- Formas de a autoridade competente tomar conhecimento de Irregularidades:
 - representação Funcional;
 - denúncia (inclusive anônima) - enunciado CGU nº 3: a delação anônima é apta a deflagrar apuração preliminar no âmbito da Administração Pública, devendo ser colhidos outros elementos que a comprovem;
 - notícias veiculadas pela mídia;
 - representações oficiadas por outros órgãos (Judiciário, MPF, DPF, CGU, TCU, Comissão de Ética);
 - trabalhos de auditoria;
 - resultados de procedimentos disciplinares; e
 - acordos de leniência.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

SUJEITO PASSIVO

- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL.
- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA.
- Órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro. Equiparou, ainda, ao conceito de Administração Pública estrangeira, as organizações públicas internacionais, a exemplo da ONU e OIT.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

SUJEITO ATIVO

- PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO: ASSOCIAÇÕES, SOCIEDADES, FUNDAÇÕES, ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS, PARTIDOS POLÍTICOS, EIRELI (definição do art. 44 do Código Civil)
- SOCIEDADE PERSONIFICADA X SOCIEDADE NÃO PERSONIFICADA

Lei 12.846/2013, art. 1º, Parágrafo Único: *“Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.”*

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Sistema de Responsabilização Administrativa da Lei 12.846/2013

Responsabilidade <u>Objetiva</u> da Pessoa Jurídica	Responsabilidade <u>Subjetiva</u> das Pessoas Físicas
SISTEMA DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA	
Responsabilidade <u>Solidária</u> das Controladoras, Controladas, Coligadas ou Consorciadas	<u>Manutenção</u> da Responsabilidade nas hipóteses de Alteração, Transformação, Incorporação, Fusão ou Cisão

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Sistema de Responsabilização Administrativa da Lei 12.846/2013

RESPONSABILIZAÇÃO JURÍDICA:

✓ A mesma conduta pode gerar a responsabilização da pessoa jurídica na esfera administrativa e cível, além da responsabilização penal e cível dos agentes envolvidos.

Art. 30. (...) a aplicação das sanções previstas nesta Lei não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de:

I - ato de improbidade administrativa (...);

II - atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666, de 1993, ou por outras normas de licitações e contratos (...);

III - infrações contra a ordem econômica (...).

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

RESPONSABILIDADES OBJETIVA E SUBJETIVA

*Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas **objetivamente**, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.*

Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

*§ 1º A pessoa jurídica será responsabilizada **independentemente** da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.*

*§ 2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos **na medida da sua culpabilidade**.*

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

RESPONSABILIDADES OBJETIVA E SUBJETIVA

Art. 4º Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

*§ 1º Nas hipóteses de **fusão e incorporação**, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, **exceto** no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.*

*§ 2º As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão **solidariamente** responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.*

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

TIPOS NORMATIVOS (ART. 5º)

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

TIPOS NORMATIVOS (ART. 5º)

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

TIPOS NORMATIVOS (ART. 5º)

a- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b - impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c - afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d - fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

TIPOS NORMATIVOS (ART. 5º)

- e - criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f - obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g - manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Responsabilização: Requisitos

Materialidade: identificar a extensão do fato irregular (ação ou omissão em afronta ao ordenamento jurídico).

Autoria: identificar a(s) pessoa(s) jurídica(s) envolvida(s) com o fato irregular.

26

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

- **COMPETÊNCIA PARA INSTAURAR:**
 - MINISTRO OU SECRETÁRIO DE ESTADO/MUNICÍPIO (ADMINISTRAÇÃO DIRETA).
 - AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA).
 - CGU – PODER EXECUTIVO FEDERAL:
 - ✓ COMPETÊNCIA CONCORRENTE PARA INSTAURAR E JULGAR;
 - ✓ COMPETÊNCIA EXCLUSIVA PARA AVOCAR (aproveitamento das provas produzidas);
 - ✓ ILÍCITO TRANSNACIONAL.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

- **PORTARIA INSTAURADORA:** publicação obrigatória!
- **Checklist da CGU:**
 - Nome e cargo da autoridade instauradora;
 - Nomes dos integrantes da comissão e indicação de presidente;
 - Número do processo administrativo em que estão narrados os fatos;
 - Mas: não consignar ilícitos e dispositivos transgredidos.
 - Prazo para conclusão dos trabalhos; e
 - Previsão de apuração de fatos conexos.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

- **COMISSÃO**
 - DOIS OU MAIS SERVIDORES ESTÁVEIS (EMPREGADOS PÚBLICOS?).
 - HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DOS MEMBROS – LEI Nº 9.784/99.

Impedimento

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro. (art. 18)

Suspeição

Autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau. (art. 20)

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

- **MEDIDAS CAUTELARES:**
 - BUSCA E APREENSÃO – DETERMINAÇÃO JUDICIAL.
 - SUSPENSÃO DOS EFEITOS DO ATO OU PROCESSO DA INVESTIGAÇÃO – AUTORIDADE ADMINISTRATIVA.
- **PRAZO PARA A CONCLUSÃO:**
 - 180 DIAS, PRORROGÁVEIS.
- **CIÊNCIA AO MP APÓS A CONCLUSÃO DO PROCESSO.**

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

• **NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA**

- Intimação da PJ no início do processo (Decreto 8.420/2015)
- Prazo de 30 dias para apresentar defesa
- Participação da PJ na produção de atos probatórios

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

• **REGULAMENTAÇÃO FEDERAL (Dec. nº 8.420/15)**

- Previsão específica da possibilidade de pedido de provas nos 30 dias do prazo para a defesa.
- Direito de 10 dias para manifestação em caso de novas provas.
- Prevê intimações eletrônica e por edital.
- Previsão de publicação da decisão *site* do órgão/entidade apenador.
- Pedido de reconsideração com efeito suspensivo.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Apuração Conjunta

As infrações à Lei 8.666/93 e às demais normas de licitação que configurem simultaneamente infração à Lei 12.846/13 serão apuradas e julgadas conjuntamente, **nos mesmos autos**, aplicando-se o rito previsto na lei 12.846/13.

(Art. 12 do Decreto 8.420)

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Investigação Preliminar

Art. 4º, I do Decreto 8.420/2015 – Regulamentação Federal

Finalidade: apuração de indícios de autoria e de materialidade de atos lesivos à Adm. Pública Federal. Subsidiária a decisão da autoridade instauradora acerca da instauração do PAR.

34

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Investigação Preliminar

(Art. 4º, I do Decreto 8.420/2015)

- Procedimento Investigativo Preliminar;
- Caráter Sigiloso e não punitivo;
- Conduzido por 2 ou mais servidores efetivos ou empregados públicos; e
- Prazo: até 60 dias (admite prorrogação).
- Relatório conclusivo – Sugestão de arquivamento ou instauração de PAR.

35

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

• INSTRUÇÃO PROBATÓRIA

- Provas mais comuns:
 - Documentais: certidões, atestados, extratos de sistemas informatizados, fotografias, vídeos...
 - Orais: depoimentos, declarações, interrogatórios, acareações...
 - Periciais: exame grafotécnico, tradução juramentada, exame contábil, avaliação de bens...
 - Diligências, apurações especiais, vistorias...

CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>
PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO
<p>• INSTRUÇÃO PROBATÓRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> PROVAS DESNECESSÁRIAS (podem ser indeferidas pela comissão, de forma motivada - §3º do art. 5º do Decreto 8.420). CONTRADITÓRIO (chamamento dos acusados para a produção de provas durante o processo, com a faculdade de apresentar quesitos e formular perguntas). PROVA EMPRESTADA (possível a utilização ? – necessário contraditório). PROVA INDICIÁRIA – Possível desde que os indícios sejam muitos e convergentes (STF e TCU).

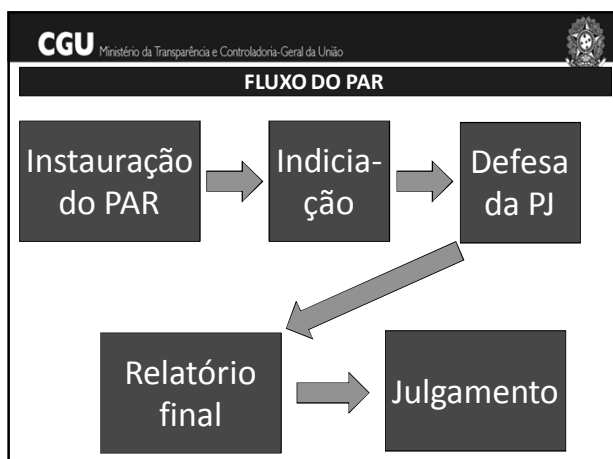
CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>
PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO
<p>• INSTRUÇÃO PROBATÓRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de suspensão cautelar dos efeitos do ato ou processo objeto da investigação; (art. 9º, §2º, I do Decreto 8.420) Possibilidade de atuação de especialistas com notório conhecimento para auxiliar na análise da matéria sob exame. (art. 9º, §2º, II do Decreto 8.420) Possibilidade de solicitação judicial de medidas necessárias para a investigação – inclusive busca e apreensão. (art. 9º, §2º, III do Decreto 8.420)

CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>
PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO
<p>• RELATÓRIO FINAL</p> <ul style="list-style-type: none"> DESCRIPTIVO COM AS PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS E COM A ANÁLISE DA DEFESA E DAS PROVAS ACOSTADAS AO PROCESSO. SEMPRE CONCLUSIVO QUANTO À RESPONSABILIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA. TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA – EVENTUAL INDICAÇÃO DE ILÍCITOS PENAS.

CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>
PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • RELATÓRIO FINAL <ul style="list-style-type: none"> ▪ ANÁLISE DA PRESCRIÇÃO. ▪ SUGESTÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE OU ARQUIVAMENTO. ▪ DOSIMETRIA DA MULTA <ul style="list-style-type: none"> ▪ SE O CASO, ANÁLISE DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE.

CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>
PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • JULGAMENTO <ul style="list-style-type: none"> ▪ COMPETÊNCIA: AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE ▪ PRÉVIA MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO JURÍDICO. ▪ EVENTUAIS ENCAMINHAMENTOS: <ul style="list-style-type: none"> - ÓRGÃO DE CORREGEDORIA; - ADVOCACIA PÚBLICA; - MINISTÉRIO PÚBLICO; - TRIBUNAIS DE CONTAS.

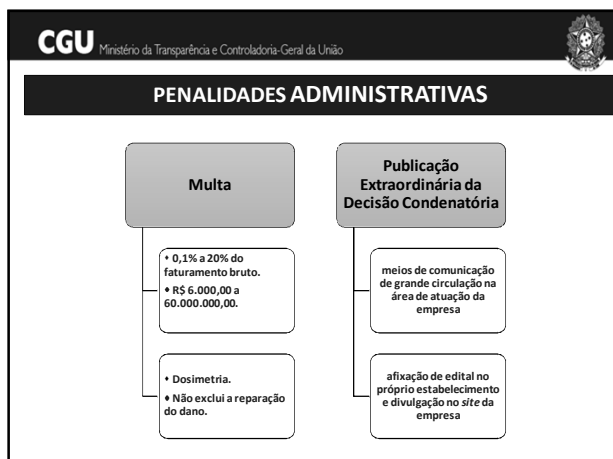
CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>
PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • JULGAMENTO <ul style="list-style-type: none"> ▪ A sugestão contida no Relatório Final da comissão de PAR não vincula a autoridade julgadora. No entanto: <p>Art. 9º, § 6º do Decreto 8.420:</p> <p><i>Na hipótese de decisão contrária ao relatório da comissão, esta deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no PAR.</i></p>



CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

PRESCRIÇÃO

- **PRESCRIÇÃO (art. 25 da Lei 12.846/2013):**
 - CINCO ANOS.
 - INÍCIO:
 - ✓ **Regra:** data da ciência da infração.
 - ✓ **Exceção:** caso de infração permanente ou continuada, no que dia que tiver cessado.
 - INTERRUPÇÃO – instauração do processo ou **celebração** do acordo.



CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

PENALIDADES CIVIS

- Perdimento de bens, direitos ou valores
- Suspensão ou interdição parcial das atividades da PJ
- Dissolução compulsória da PJ
- Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos pelo prazo de 1 a 5 anos.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA MULTA

DOSIMETRIA

- Programa de integridade (*compliance*)
- GRAVIDADE DA INFRAÇÃO
- VANTAGEM AUFERIDA
- GRAU OU PERIGO DE LESÃO
- VALOR DOS CONTRATOS
- EFEITO NEGATIVO
- COOPERAÇÃO COM A APURAÇÃO
- SITUAÇÃO ECONÔMICA DO INFRATOR
- CONSUMAÇÃO DA INFRAÇÃO

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CÁLCULO DA MULTA
(Instrução Normativa CGU nº 01/2015)

- METODOLOGIA PARA APURAÇÃO DO FATURAMENTO BRUTO E DOS TRIBUTOS A SEREM EXCLUÍDOS**
 - CONCEITO DE RECEITA BRUTA - LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA (DECRETO-LEI 1.598/1977).
 - TRIBUTOS A SEREM EXCLUÍDOS: AQUELES INCIDENTES SOBRE AS VENDAS (ICMS, ISS, PIS E COFINS).
 - MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL: FATURAMENTO = RECEITA BRUTA PREVISTA NA LC 123/2006.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CÁLCULO DA MULTA
(Instrução Normativa CGU nº 01/2015)

- **FORMAS DE APURAÇÃO DO FATURAMENTO BRUTO – PARÁGRAFO ÚNICO I E II DO ART. 21 DO DECRETO 8.420.**
 - COMPARTILHAMENTO DE SIGILO FISCAL NOS TERMOS DO INCISO II DO § 1º DO ART. 198 DO CTN.
 - REGISTROS CONTÁBEIS PRODUZIDOS OU PUBLICADOS PELA PESSOA JURÍDICA ACUSADA.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66)

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes:

(...)

II - solicitações de **autoridade administrativa** no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de **processo administrativo**, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o **sujeito passivo** a que se refere a informação, por prática de **infração administrativa**.

50

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CÁLCULO DA MULTA

- **FORMAS DE APURAÇÃO DO FATURAMENTO BRUTO**
 - NÃO SENDO POSSÍVEL UTILIZAR O FATURAMENTO BRUTO DA PJ, PODER-SE-Á UTILIZAR O FATURAMENTO ANUAL ESTIMÁVEL DA PJ, LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE A SUA SITUAÇÃO ECONÔMICA OU O ESTADO DE SEUS NEGÓCIOS, TAIS COMO: PATRIMÔNIO, CAPITAL SOCIAL, NÚMERO DE EMPREGADOS, CONTRATOS, DENTRE OUTRAS.

(ART. 22, III DO DECRETO 8.420)

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CÁLCULO DA MULTA
(Decreto nº 8.420/15)

FASE 1 – SOMA

FATORES DE AGRAVAMENTO	(+)
Continuidade no tempo	1% a 2,5%
Tolerância da direção da empresa	1% a 2,5%
Interrupção de obra ou serviço público	1% a 4%
Situação econômica da PJ - Solvência e Liquidez Geral	1%
Reincidência	5%
Valor total dos contratos mantidos ou pretendidos (conforme faixas de valor)	1% a 5%

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CÁLCULO DA MULTA
(Decreto nº 8.420/15)

VALOR TOTAL DE CONTRATOS – FAIXAS

Valor total de contratos (ACIMA DE)	Percentuais
R\$ 1,5 milhão	+ 1%
R\$ 10 milhões	+ 2%
R\$ 50 milhões	+ 3%
R\$ 250 milhões	+ 4%
R\$ 1 bilhão	+ 5%

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CÁLCULO DA MULTA
(Decreto nº 8.420/15)

FASE 2 – SUBTRAÇÃO

FATORES DE ATENUAÇÃO	(-)
Não consumação da infração	1%
Ressarcimento dos danos causados	1,5%
Grau de colaboração da empresa	1% a 1,5%
Comunicação espontânea	2%
Existência de programa de integridade	1% a 4%

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CÁLCULO DA MULTA

- HIPÓTESE DE AUSÊNCIA DE TODOS OS FATORES DE ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO OU RESULTADO MENOR OU IGUAL A 0.
- 0,1% do faturamento bruto do ultimo exercício ou;
- R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CÁLCULO DA MULTA

- LIMITE MÍNIMO:
• MAIOR VALOR ENTRE VANTAGEM AUFERIDA E 0,1% DO FATURAMENTO BRUTO OU R\$ 6.000,00.
- LIMITE MÁXIMO:
• MENOR VALOR ENTRE 20% DO FATURAMENTO BRUTO OU 3X VANTAGEM PRETENDIDA OU AUFERIDA.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CÁLCULO DA MULTA

- VANTAGEM AUFERIDA OU PRETENDIDA (§2º e 3º do art. 20)

Ganhos pretendidos ou auferidos com o ato lesivo

+

Valor pago ou prometido a agentes públicos ou a terceiros

-

Custos e despesas legítimos

=

VANTAGEM

- Na impossibilidade de utilização do faturamento bruto do ano anterior ao PAR, **E SOMENTE NESTE CASO**, o valor da multa será de R\$ 6.000,00 a R\$ 60.000.000,00.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

COBRANÇA DA MULTA APLICADA

- PAGAMENTO EM ATÉ 30 DIAS.
- CASO NÃO HAJA PAGAMENTO NO PRAZO – INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA.
- Decreto 8.420/2015: COBRANÇA INDEPENDENTE DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA CASO A ENTIDADE QUE APLICOU A MULTA NÃO POSSUA DÍVIDA ATIVA (art. 25, § 3º).

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

- ABUSO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (art. 14 da Lei 12.846/13):
 - FACILITAR, ENCOBRIR OU DISSIMULAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS;
 - PROVOCAR CONFUSÃO PATRIMONIAL.
- PESSOAS FÍSICAS ALCANÇADAS → ADMINISTRADORES E SÓCIOS COM PODERES DE ADMINISTRAÇÃO.
- CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

ACORDO DE LENIÊNCIA

- CONCEITO:
 - O ACORDO DE LENIÊNCIA É O AJUSTE QUE PERMITE AO INFRATOR PARTICIPAR DA INVESTIGAÇÃO E COLABORAR COM A APURAÇÃO DA AUTORIA E MATERIALIDADE DOS ILÍCITOS EM TROCA DE DETERMINADOS BENEFÍCIOS.
 - PRINCIPAL OBJETIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É A OBTENÇÃO DE PROVAS QUE COMPROVEM OS ILÍCITOS APURADOS.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
ACORDO DE LENIÊNCIA	
<ul style="list-style-type: none"> • COMPETÊNCIA: <ul style="list-style-type: none"> ▪ AUTORIDADE MÁXIMA DE CADA ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA. • OBJETIVOS ESPECÍFICOS: <ul style="list-style-type: none"> ▪ IDENTIFICAÇÃO DOS DEMAIS ENVOLVIDOS NA INFRAÇÃO; ▪ OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A INFRAÇÃO; • COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA CGU NO ÂMBITO DO EXECUTIVO FEDERAL. 	

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
ACORDO DE LENIÊNCIA	
<ul style="list-style-type: none"> • REQUISITOS: <ul style="list-style-type: none"> ▪ PJ SER A PRIMEIRA A MANIFESTAR INTERESSE; ▪ CESSAR A PRÁTICA DA IRREGULARIDADE INVESTIGADA ▪ ADMITIR A PARTICIPAÇÃO NO ILÍCITO E <u>COOPERAR</u> COM AS INVESTIGAÇÕES. ▪ <u>IMPLEMENTAR</u> OU <u>MELHORAR</u> MECANISMOS DE INTEGRIDADE CORPORATIVA (<u>COMPLIANCE</u>) 	

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
ACORDO DE LENIÊNCIA	
<ul style="list-style-type: none"> • POSSÍVEIS BENEFÍCIOS PARA A EMPRESA: <ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>ISENÇÃO</u> DA OBRIGATORIEDADE DE PUBLICAR A DECISÃO PUNITIVA. ▪ REDUÇÃO EM ATÉ 2/3 DA MULTA. ▪ <u>ISENÇÃO OU ATENUAÇÃO</u> DAS SANÇÕES PREVISTAS NOS ARTS. 86 A 88 DA LEI 8.666/93. ▪ <u>ISENÇÃO</u> DA PROIBIÇÃO DE RECEBER INCENTIVOS, SUBSÍDIOS, SUBVENÇÕES, DOAÇÕES OU EMPRÉSTIMOS 	

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

ACORDO DE LENIÊNCIA

Particularidades do Acordo de Leniência:

- Não alcança pessoas físicas
- Não alcança a esfera penal
- Não exime a reparação integral do dano

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

ACORDO DE LENIÊNCIA

Particularidades do Acordo de Leniência:

- Proposta sigilosa até efetivação do acordo
- Possível extensão a outras PJs do grupo
- Interrompe o prazo prescricional

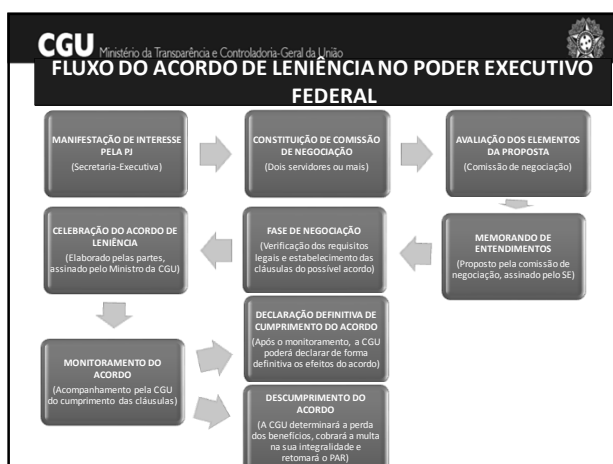
CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

ACORDO DE LENIÊNCIA

- CLÁUSULAS INDISPENSÁVEIS DO ACORDO:**
 - PERDA DOS BENEFÍCIOS EM CASO DE DESCUMPRIMENTO.
 - PREVISÃO DE ADOÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE ANTICORRUPÇÃO.
- CARÁTER SIGILOSO DA PROPOSTA E DAS NEGOCIAÇÕES:**
 - ACESSO RESTRITO ÀS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS FORNECIDOS.
 - NÃO DIVULGAÇÃO DA IDENTIDADE DA PESSOA JURÍDICA.
 - PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMERCIALMENTE SENSÍVEIS.
 - A PROPOSTA SE TORNA PÚBLICA APÓS A EFETIVAÇÃO DO ACORDO.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
<p align="center">ACORDO DE LENIÊNCIA (Decreto nº 8.420/15)</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>PRAZO FINAL</u> PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE ACORDO: ATÉ A CONCLUSÃO DO RELATÓRIO FINAL NO PAR (ART. 30, § 2º). • POSSIBILIDADE DE ASSINATURA DE <u>MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS</u> (ART. 31, § 2º). • POSSIBILIDADE DE A CGU REQUISITAR AUTOS DE PROCESSOS EM CURSO EM OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL (ART. 31, § 3º).

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
<p align="center">ACORDO DE LENIÊNCIA (Decreto nº 8.420/15)</p> <ul style="list-style-type: none"> • NEGOCIAÇÕES: <ul style="list-style-type: none"> ▪ CONCLUSÃO EM ATÉ 180 DIAS, PRORROGÁVEIS. ▪ CONDUZIDAS POR SERVIDORES "ESPECIFICAMENTE DESIGNADOS". ▪ CASO NÃO HAJA A CELEBRAÇÃO, DEVOLUÇÃO DOS DOCUMENTOS E VEDAÇÃO DE SEU USO PARA A RESPONSABILIZAÇÃO. ▪ A PROPOSTA REJEITADA NÃO IMPLICA RECONHECIMENTO DE COMETIMENTO DE INFRAÇÃO PELA PJ. ▪ POSSIBILIDADE DE A PJ DESISTIR DO ACORDO A QUALQUER TEMPO ANTES DA ASSINATURA.



CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>	
CADASTROS NACIONAIS	
CNEP	CEIS
<ul style="list-style-type: none"> • Sanções com fundamento na Lei nº 12.846/2013. • Acordos de leniência descumpridos. • Informações sobre acordos de leniência celebrados. • Gestão a cargo da CGU. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sanções restritivas ao direito de licitar e contratar com base na Lei nº 8.666/93. • Impedimento para licitar e contratar com base na Lei nº 10.520/2002. • Impedimento para licitar e contratar com base na Lei nº 12.462/2011. • Sanções restritivas ao direito de licitar e contratar com base na Lei nº 12.527/2011. • Outras sanções restritivas ao direito de licitar e contratar com base em outras leis. • Gestão a cargo da CGU.

CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>	
CADASTROS NACIONAIS (Instrução Normativa CGU nº 2/2015)	
<ul style="list-style-type: none"> • OBJETO: REGISTRO DE INFORMAÇÕES NO CEIS E NO CNEP • CRIAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO PARA ALIMENTAÇÃO DE DADOS NOS CADASTROS VIA <i>INTERNET</i>, O SISTEMA INTEGRADO DE REGISTRO DO CEIS/CNEP (SIRCAD): WWW.CEISCADASTRO.CGU.GOV.BR 	

CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>	
CADASTROS NACIONAIS (Instrução Normativa CGU nº 2/2015)	
<ul style="list-style-type: none"> • PREVÊ AS INFORMAÇÕES MÍNIMAS QUE DEVEM SER REGISTRADAS. • POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DE PENALIDADES APLICADAS POR ORGANISMOS INTERNACIONAIS E ENTIDADES FINANCEIRAS MULTILATERAIS, COMO O BANCO MUNDIAL E O BID. 	

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
ASPECTOS RELEVANTES PARA REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 12.846/13
<ul style="list-style-type: none"> • DETALHAMENTO DO RITO PROCESSUAL: <ul style="list-style-type: none"> ▪ oportunidades para o exercício do contraditório e da ampla defesa; ▪ impedimento, suspeição, independência, quantidade de membros e outros elementos referentes à comissão; ▪ meios para a realização de atos de comunicação processual; ▪ previsão de alegações após o relatório final ▪ previsão de recurso e/ou pedido de reconsideração. • PREVISÃO DE PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
ASPECTOS RELEVANTES PARA REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 12.846/13
<ul style="list-style-type: none"> • POSSÍVEL APURAÇÃO CONJUNTA COM INFRAÇÕES RELACIONADAS À LEI 8.666/93 OU OUTRAS NORMAS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. • EVENTUAL COMPETÊNCIA PARA INSTAURAÇÃO CONCORRENTE E AVOCAÇÃO DE PROCESSOS. • PROCEDIMENTO PARA DESCONSIDERAÇÃO DA PJ. • DOSIMETRIA DA MULTA. • FLUXO E COMPETÊNCIA PARA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE LENIÊNCIA.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE
ESTRUTURA DA APRESENTAÇÃO
1. PROGRAMA DE INTEGRIDADE (PI)
2. AVALIAÇÃO DE PI EM PAR <ul style="list-style-type: none"> 2.1. Objetivos da avaliação no processo 2.2. Apresentação do PI na defesa 2.3 parâmetros para avaliação de um PI 2.4 estabelecimento do percentual incidente sobre o faturamento bruto da empresa em decorrência do PI
3. AVALIAÇÃO DE PI EM ACORDO DE LENIÊNCIA <ul style="list-style-type: none"> 3.1. Objetivos da avaliação no acordo
4. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
5. ESTUDO DE CASOS

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

1. PROGRAMA DE INTEGRIDADE (PI)
(ART. 41 – DEC. 8.420/2015)

CONJUNTO DE MECANISMOS INTERNOS COM O OBJETIVO DE GARANTIR CONFORMIDADE COM A LEI ANTICORRUPÇÃO:

(I) **PREVENIR** A OCORRÊNCIA DE ATOS LESIVOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL E/OU ESTRANGEIRA;

(II) **DETECTAR E SANAR** EVENTUAIS ATOS LESIVOS.

ATENÇÃO!
Pouco importa o nome dado ao programa / conjunto de medidas apresentado pela empresa, o avaliador precisa verificar se os mecanismos internos são utilizados para os fins mencionados acima.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

1. PROGRAMA DE INTEGRIDADE (PI)

PROGRAMA DE COMPLIANCE **X** **PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

Em geral, mecanismos internos para garantir conformidade com leis estrangeiras de combate à corrupção (FCPA, UK Bribery Act) e relacionadas a outros temas (ex. ambiental, trabalhista)

Mecanismos internos para garantir conformidade com a Lei Anticorrupção nacional, que é mais ampla (ex.: trata de fraude em licitações e execução de contratos com a administração pública)

ATENÇÃO!
Geralmente empresas multinacionais possuem programas de *compliance* que já tinham sido implantados antes da entrada em vigor da Lei Anticorrupção. **Nesses casos o avaliador precisa verificar se os mecanismos do programa foram adaptados para atender também aos objetivos de um PI.**

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

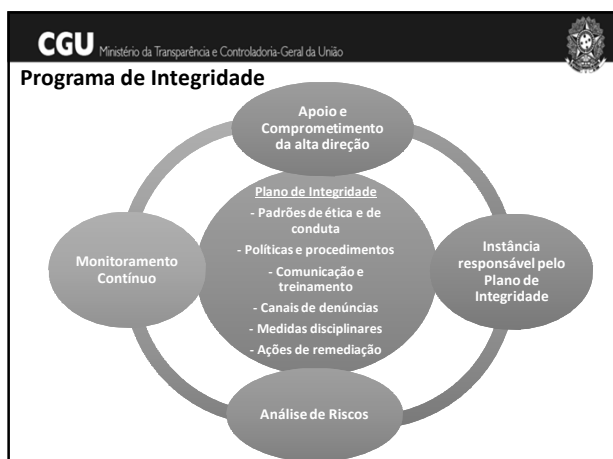
2. AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE EM PAR

2.1. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO

➤ **VERIFICAR SE E EM QUANTO A MULTA SERÁ ATENUADA.** Subtração de 1 a 4% incidentes sobre o faturamento bruto da empresa, ou 0%, em caso de programa meramente formal.

➤ **ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE INCENTIVOS.** O que pode ser feito por meio da valorização de esforços da pessoa jurídica para criação e manutenção de uma cultura de integridade.





CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

2.2. APRESENTAÇÃO DO PI NA DEFESA (PORTARIA CGU nº 909/2015)

<u>RELATÓRIO DE PERFIL</u>	<u>RELATÓRIO DE CONFORMIDADE</u>
<ul style="list-style-type: none"> Setores do mercado em que atua (no território nacional e no exterior) Estrutura organizacional Quantitativo de empregados Interações com a administração pública (no território nacional e no exterior) Participações societárias Qualificação como MPE 	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura do PI Funcionamento do PI na rotina da pessoa jurídica (histórico de dados e estatísticas) Atuação do PI na prevenção, detecção e remediação do ato lesivo objeto da apuração

Atenção!

O avaliador poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos a fim de melhor fundamentar sua avaliação

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI
(DECRETO 8.420/2015 E PORTARIA CGU nº 909/2015)

DEVEM SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO PELO AVALIADOR:

- **Grau de adequação** dos parâmetros de integridade ao perfil da pessoa jurídica.
- **Efetividade** do PI em relação ao ato lesivo objeto de apuração.
- **Efetividade** do PI em relação ao funcionamento dos parâmetros na rotina da pessoa jurídica.
- **Redução de formalidades** na avaliação de programas de micro ou pequena empresa (MPE).

CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI (ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)	
I. COMPROMETIMENTO DA ALTA DIREÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Não envolvimento na prática lesiva • Envolvimento com a construção do PI • Supervisão e acompanhamento • Disponibilização de recursos • Recursos financeiros e humanos suficientes • Sensibilização de gerentes e coordenadores • Comunicação


CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI (ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)	
II / III. PADRÕES DE CONDUTA, POLÍTICAS E CONTROLES PARA GARANTIR A INTEGRIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação a todos empregados e administradores, independente de cargo ou função • Se necessário, aplicável a terceiros • Documento formal • Linguagem clara e compreensível • Comunicação • Treinamento


CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI (ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)	
IV. TREINAMENTO E COMUNICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento • Estratégias e meios • Alcance • Monitoramento

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI <small>(ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)</small>	
V. ANÁLISE PERIÓDICA DE RISCOS	<ul style="list-style-type: none"> Identificação periódica de situações que geram risco à integridade para criação/aprimoramento de controles Treinamento (caso a análise de riscos seja realizada por equipe interna)

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI <small>(ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)</small>	
VI / VII. REGISTROS CONTÁBEIS E CONTROLES	<ul style="list-style-type: none"> Controles para garantir registros completos e confiáveis Auditoria dos registros contábeis, com foco em indícios de corrupção/fraude Comunicação Treinamento Monitoramento

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI <small>(ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)</small>	
VIII. PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO E CONTROLE: <ul style="list-style-type: none"> Processos licitatórios Execução de contratos com o governo Interações com o setor público (exportação / importação, regulação, fiscalizações, dependência de licenças / autorizações) 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de políticas para mitigar riscos Estabelecimento de controles para garantir o cumprimento das políticas Treinamento Comunicação (em caso de mudança de regras) Monitoramento

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI <small>(ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)</small>	
IX. INSTÂNCIA RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DO PROGRAMA E FISCALIZAÇÃO DE SEU CUMPRIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Independência • Autonomia • Disponibilização de recursos • Proteção contra punições arbitrárias
<ul style="list-style-type: none"> - Coordena a análise de riscos - Cria regras e controles - Monitora a aplicação das regras - Planeja e executa a estratégia de comunicação e treinamento 	


CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI <small>(ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)</small>	
X / XI. CANAIS DE DENÚNCIA E MEDIDAS DISCIPLINARES	<ul style="list-style-type: none"> • Fácil acesso • Possibilidade de receber denúncias anônimas • Proibição a retaliações • Procedimentos para apuração das denúncias • Previsão de medidas disciplinares • Comunicação
	

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI <small>(ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)</small>	
XII. REMEDIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Condução de investigação/apurações • Imediata interrupção das irregularidades • Afastamento de envolvidos de qualquer atividade da empresa e de empresas do mesmo grupo • Aplicação de medidas para prevenir novas falhas

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI (ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)	
XIII. DILIGÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS E SUPERVISÃO <ul style="list-style-type: none"> - Fornecedores - Prestadores de serviços - Consultores - Entidades que recebem doações e patrocínios 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação de histórico • Imposição de adesão às regras da empresa, com consequências contratuais no caso de descumprimento • Verificação sobre a efetiva prestação de serviço antes do pagamento / sobre adequada utilização das doações e patrocínios recebidos • Treinamento • Monitoramento da adesão às regras da empresa (por amostragem, com foco contábil restrito à realização do serviço contratado)

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI (ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)	
XIV. DILIGÊNCIA EM PROCESSO DE FUSÕES, AQUISIÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação prévia ao fechamento do negócio • Caso o negócio seja realizado, remediação das irregularidades • Submissão às regras de integridade

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI (ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)	
XV. MONITORAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Política de monitoramento • Indicadores e metas • Revisão das políticas • Sistemas de Controle • O programa de integridade já foi alterado ou aperfeiçoado como resultado de uma atividade de monitoramento?

CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI (ART. 42 DO DECRETO 8.420 DE 18 DE MARÇO DE 2015)	
XVI. TRANSPARÊNCIA NAS DOAÇÕES PARA CANDIDATOS E PARTIDOS POLÍTICOS	<p>Não tem mais aplicação!</p> <p style="text-align: center;"></p>

CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.3. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE UM PI	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaliação sistêmica ➤ Avaliação caso a caso ➤ Confiabilidade e completude das informações prestadas ➤ Conhecimento aprofundado sobre os dados referentes à ocorrência do ato lesivo objeto da apuração 	

CGU <small>Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União</small>	
AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	
2.4. Estabelecimento do percentual incidente sobre o faturamento bruto da empresa em decorrência do PI	
4%	ATENDIMENTO PLENO Programa pré-existente (não apenas estrutura mas também a base necessária de comprometimento) Atendimento pleno: programa efetivo (estrutura, funcionamento do programa na rotina e na prevenção, detecção e remediação do ato lesivo)
1 a 3,9%	Programa com certo grau de efetividade (estrutura, funcionamento do programa na rotina e na prevenção, detecção e remediação do ato lesivo)
0	MERAMENTE FORMAL? Existe apenas no papel e se mostra absolutamente ineficaz para mitigar os riscos de ocorrência de atos lesivos da LAC.

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

3. AVALIAÇÃO DE PI EM ACORDO DE LENIÊNCIA

3.1. Objetivo da avaliação no acordo

- **VERIFICAR SE E EM QUANTO A MULTA SERÁ ATENUADA.** Subtração de **1 a 4%** incidentes sobre o faturamento bruto da empresa, **ou 0%**, em caso de programa meramente formal.
- **ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE INCENTIVOS.** O que pode ser feito por meio da valorização de esforços da pessoa jurídica para criação e manutenção de uma cultura de integridade.
- **ESTABELECIMENTO DE COMPROMISSOS A SEREM IMPLEMENTADOS NOS PRÓXIMOS ANOS, SUJEITOS A MONITORAMENTO**

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE


4. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

- **Introdução**
 - Objetivos
 - Abrangência (empresa que está assinando o acordo ou grupo?)
- **Ato lesivo**
 - Dados do ato lesivo que são relevantes para a análise de integridade
- **Análise de perfil**
 - Correlação entre os dados apresentados e constatados e seus efeitos na análise do programa
- **Análise do programa de integridade**
 - Análise item a item sobre adequabilidade e efetividade
 - Compromissos (no caso de al)
- **Conclusão**
 - Análise resumida para subsidiar a decisão sobre o percentual aplicado

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União


AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE


5. ESTUDO DE CASOS


CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

OBRIGADO

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Corregedoria-Geral da União
61 2020-7501

 **cguonline**

 **cguonline**

 **cguoficial**
